

O advogado Ricardo Montalvão, 39 anos, vive em Brasília há 34 anos. Desde que chegou na cidade ficou impressionado pela quantidade de verde. Em 1994, quando morava na 215 Norte, percebeu que a área abandonada entre as quadras 412 e 415 abrigava belos espécimes de cerrado. “Eu morava ali perto e achava que o lugar era legal, que valia a pena preservar”, conta Ricardo.

Esse foi o começo do seu envolvimento com a preservação do meio ambiente. Em 1994, adotou as nascentes da área na Asa Norte e começou o movimento de criação do Parque Olhos D’Água. No ano passado, morando na Asa Sul, percebeu que a área próxima ao Colégio Marista era excepcional. Resultado: adotou as nascentes e mobilizou a comunidade para criar o Parque da Asa Sul.

“Quem mora em Brasília há muito tempo percebeu que as áreas só vão continuar preservadas com a ajuda do cidadão”, afirma o advogado. “E a cada ano tem mais gente participando dessa preocupação. Diariamente recebo ligações de pessoas que nem conheço e não me conhecem, mas que estão preocupadas e querem ajudar”, diz.

A história dos parques Olhos D’Água e da Asa Sul é emblemática. Na queda de braço com o empresariado, a comunidade ganhou. No Olhos D’Água, a briga entre moradores da Asa Norte e uma empreiteira que construiria ali duas quadras, a 413 e a 414, durou dois anos.

Já havia 34 projeções de prédios registradas em cartório e o faturamento previsto para o empreendimento era de R\$ 60 milhões. Em 14 de março de 2000, a comunidade conseguiu a criação do Parque Olhos D’Água, com 21,54 hectares.

No Parque da Asa Sul, a história é parecida. Um grupo do Rio de Janeiro estava pronto para construir na área uma instituição de ensino superior. Os moradores das quadras próximas, no entanto, se mobilizaram para criar um parque e manter as nascentes e a vegetação típica intactas.

UNIDOS PELA NATUREZA

Paulo Carvalho



ABADIA BARBERATO: “RESOLVI TRAZER NOVO PONTO DE VISTA SOBRE A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE”

Privilégio

Lucio Costa e Oscar Niemeyer privilegiaram a natureza. Brasília tem 121 m² de área verde por habitante. Quase 80% do DF é protegido por lei. No

total, são 233.806 hectares de áreas sob proteção distrital, o equivalente a 40,3% do território do Distrito Federal. São 65 parques, três reservas ecológicas, sete áreas de relevante interesse eco-

lógico (Aries) e duas estações ecológicas. Além disso, a União controla o Parque e a Floresta Nacional, o Jardim Botânico, a Estação de Águas Emendadas, as reservas da Universidade de Brasília e do IBGE e seis áreas de proteção ambiental (APAs).

Segundo o ambientalista César Vítor do Espírito Santo, secretário executivo da organização não-governamental Fundação Pró-Natureza (Funatura), a questão é até quando Brasília terá boas condições de vida. O secretário de Meio Ambiente, Jorge Pinheiro, e o gerente executivo do Ibama-DF, Francisco Palhares, concordam com o ambientalista. “Brasília poderia estar muito mais preservada do que está hoje”, diz Palhares. “O legado importante que podemos deixar para os nossos filhos é um meio ambiente mais conservado”, completa Pinheiro.

Tragédia

Foi preciso um acontecimento trágico para mudar a percepção ambiental da dentista Maria Abadia e do engenheiro Marcelino Barberato. Há 17 anos, Yan, primeiro filho do casal, de um ano, morreu intoxicado por agrotóxico no prédio em que moravam, na Octogonal. O síndico resolveu economizar e aplicou Malation nas lixeiras e elevadores para eliminar insetos, em vez de usar produtos específicos. “Fiquei sem chão. Não gosto de dramatizar essa história e nem de parecer uma coitadinha, mas comecei a pensar no meio em que vivo de outra forma depois do episódio”, fala Abadia.

Hoje, a família cultiva verduras orgânicas e faz parte de um grupo cada vez maior que luta contra a devastação do cerrado nativo e a ocupação desordenada do solo. O casal mora com dois filhos — Luana (17 anos) e Thauame (14) — em uma chácara de 13 hectares dentro da Arie do Parque JK, entre Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. O local, protegido por lei, abriga vegetação e fauna original do cerrado. “Percebi que entrar com processo contra o prédio não ia trazer meu filho de volta. Resolvi que iria fazer alguma diferença, oferecer algo às pessoas, trazer um novo ponto de vista da preservação do meio ambiente”, conta Abadia.